LIMITES DA EQUIDADE: REPRESENTATIVIDADE TRANS E ENCARCERAMENTO NO PNLD LITERÁRIO 2026

Andréa Maria Brandão Meireles
Universidade Estadual de Santa Cruz, Itabuna, Bahia, Brasil
ORCID: https://orcid.org/0009-0004-5269-7652
Endereço eletrônico: andrea.meireles2@enova.educacao.ba.gov.br

Gisele Brandão Silva
Colégio Estadual Adonias Filho – Anexo Conjunto Penal de Itabuna, Itabuna, Bahia, Brasil
ORCID: https://orcid.org/0000-0002-3010-7744
Endereço eletrônico: gibras1@hotmail.com

Renata Tereza Brandão Meireles
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Itabuna, Bahia, Brasil
ORCID: https://orcid.org/0000-0002-3642-891X
Endereço eletrônico: tereza.meireles13@gmail.com

Palavras-chave: educação em prisões; pessoas trans; remição de pena pela leitura; PNLD Equidade; currículo.

INTRODUÇÃO

No decorrer do século XXI, políticas curriculares e programas públicos de distribuição de livros revelam-se espaços de disputa em torno da produção de identidades, reconhecimento das diferenças e garantia de direitos. Assim, a seleção literária para acervos escolares ultrapassa questões pedagógicas, assumindo dimensão política. Ao definir quais histórias, sujeitos e experiências serão legitimadas e visibilizadas, políticas como o Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) atuam em ações que atravessam os processos educativos.

No âmbito prisional, essa discussão torna-se ainda mais complexa. Embora a lei brasileira reconheça a educação como direito das pessoas privadas de liberdade e a leitura como instrumento de formação humana e remição de pena, persistem desafios relativos ao reconhecimento da diversidade presente nos espaços de encarceramento. Entre os grupos mais

vulnerabilizados encontram-se as pessoas trans, cujas trajetórias educacionais são comumente marcadas por discriminação, evasão e exclusão dos espaços formais de ensino.

Medeiros e Cadoná (2024) identificam a transfobia, o descaso às identidades de gênero e diversas formas de violência institucional como fatores atrelados à interrupção da trajetória estudantil de pessoas trans. Em privação de liberdade, as vulnerabilidades se ampliam. O Dossiê Trans Brasil (ANTRA, 2022) evidencia que pessoas trans no cárcere enfrentam obstáculos adicionais relacionados à segregação institucional, acesso à educação e a atividades formativas.

Nesse contexto, a escola constitui-se um raro espaço de sociabilidade, escuta e exercício do direito à educação. Além da escolarização formal, projetos de leitura para a remição de pena representam meio crucial de acesso a direitos e perspectivas de reinserção social. Contudo, a observação das autoras em uma unidade prisional do interior da Bahia revela escassez de obras que possibilitem a identificação de pessoas trans ou abordem experiências relativas ao cárcere.

Partindo desse problema, este estudo analisa o PNLD Literário Equidade 2026 – Objeto 1, com o objetivo de identificar a presença de obras de autoria trans, obras com protagonismo trans e produções relacionadas à experiência da privação de liberdade. Busca-se compreender em que medida os acervos contemplam sujeitos historicamente marginalizados e quais implicações essas presenças ou ausências podem produzir para as políticas de leitura no cárcere.

A investigação fundamenta-se na articulação entre Estudos de Gênero, Estudos Queer, teorias críticas do currículo e produção acadêmica sobre educação em prisões, dialogando com Butler (2023), Bento (2017), Louro (2018), Silva (2017), Foucault (2014) e Julião (2020).

METODOLOGIA

A pesquisa caracteriza-se como qualitativa, documental e exploratória, tendo como objeto de análise as obras literárias selecionadas no âmbito do PNLD Literário Equidade 2026 – Objeto 1, destinado à Educação de Jovens e Adultos (EJA).

O *corpus* foi constituído pelo PNLD mencionado e pelo material público complementar disponibilizado pelo programa, incluindo guias digitais, resenhas pedagógicas,

apresentações das coleções e documentos de divulgação das obras aprovadas. Essa escolha decorre do fato de a educação nas unidades prisionais brasileiras ser na sua maioria vinculada à modalidade EJA.

A produção dos dados ocorreu em três etapas: levantamento das obras do catálogo; leitura do material disponibilizado; e organização dos dados em matriz analítica. A análise foi orientada por categorias relacionadas a autoria trans, protagonismo trans, representação da diversidade de gênero, autoria de pessoas privadas de liberdade, representação do encarceramento e potencial de diálogo com práticas de leitura ofertadas em contexto prisional.

A interpretação dos dados fundamentou-se em Estudos de Gênero e Queer, teorias críticas do currículo e produção acadêmica sobre educação prisional. Como limitação metodológica, destaca-se uma análise apenas a partir do material público disponibilizado pelo programa e pelas editoras participantes, não envolvendo a leitura integral das obras aprovadas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O levantamento realizado no material público do PNLD Literário Equidade 2026 revela avanços na ampliação da diversidade dos acervos literários destinados às escolas públicas. As obras contemplam, dentre outras, questões referentes às relações étnico-raciais, aos indígenas e quilombolas, aos direitos humanos e às especificidades da Educação de Jovens e Adultos.

Entretanto, a análise das obras e do material disponibilizado não permitiu identificar produções de autoria trans ou de pessoas privadas de liberdade, nem obras com protagonismo explicitamente trans ou travesti. Tal resultado sugere que os processos de inclusão promovidos pelo PNLD Equidade não ocorrem de forma homogênea, produzindo avanços para alguns grupos sociais e mantendo outros em posições periféricas nos processos de representação.

À luz de Foucault (2014), acervos literários podem ser compreendidos como mecanismos de regulação simbólica que definem visibilidade e invisibilidade. As contribuições de Butler (2023) permitem compreender que a ausência de personagens, autores e narrativas trans podem limitar identificação, pertencimento e construção positiva da identidade.

A relevância dessa discussão torna-se ainda mais evidente quando considerada a realidade da pessoa trans encarcerada. Estudos recentes apontam que travestis e mulheres transexuais amiúde enfrentam situações de segregação institucional, discriminação e restrições de acesso às atividades educacionais e culturais no interior de prisões (ANTRA, 2022).

A atuação profissional de duas das autoras em uma escola prisional do interior da Bahia evidencia que, para muitas estudantes trans, a escola constitui o principal espaço de convivência e participação social e exercício efetivo do direito à educação. Nesses contextos, a ausência de obras que dialoguem com suas experiências produz mais uma forma de invisibilização.

Os dados sugerem, assim, um processo de exclusão cumulativa. Antes do cárcere, muitas pessoas trans tiveram suas trajetórias marcadas pela evasão escolar e pela discriminação. Durante o cumprimento da pena, novas barreiras podem restringir seu acesso a atividades formativas e culturais. Quando os acervos literários não contemplam suas identidades, produz-se uma terceira camada de invisibilização relacionada à ausência de reconhecimento simbólico.

No âmbito das políticas de remição de pena pela leitura, essa questão ultrapassa o simbólico. A ausência de obras que promovam identificação e reconhecimento pode limitar construção de sentidos, reflexão crítica e elaboração de trajetórias pessoais por meio da leitura.

CONCLUSÕES

O presente estudo analisou o PNLD Literário Equidade 2026 com o objetivo de identificar a presença de obras de autoria trans, obras com protagonismo trans e produções relacionadas à experiência da privação de liberdade.

Os resultados evidenciaram avanços na ampliação da diversidade dos acervos. Entretanto, observou-se reduzida visibilidade de sujeitos trans e de experiências relacionadas ao cárcere, revelando limites na efetivação dos princípios de equidade que regem o programa.

A ausência dessas representações produz efeitos sobre os processos de reconhecimento e pertencimento de sujeitos historicamente marginalizados. No caso das pessoas trans privadas de liberdade, essa invisibilidade articula-se a trajetórias marcadas pela exclusão

escolar, pela discriminação social e pelas restrições vivenciadas durante o cumprimento da pena.

Os achados apontam para a necessidade de ampliação dos critérios de diversidade nos processos de seleção de obras do PNLD, contemplando de forma mais efetiva produções de autores trans, narrativas protagonizadas por pessoas trans e obras que abordem experiências relacionadas ao cárcere. Recomenda-se, igualmente, que as políticas de educação em prisões e os programas de remição de pena pela leitura promovam a constituição de acervos mais plurais.

Por fim, reconhece-se que esta investigação se limitou à análise dos materiais públicos disponibilizados pelo PNLD Equidade 2026, não abrangendo a leitura integral das obras aprovadas. Pesquisas futuras poderão aprofundar a análise dos acervos selecionados.

Ao problematizar as ausências presentes nos acervos literários destinados às escolas públicas brasileiras, o estudo reafirma que a equidade curricular não se restringe à ampliação do acesso aos livros, mas envolve reconhecimento e representação da pluralidade dos sujeitos.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS DO BRASIL (ANTRA). **Dossiê Trans Brasil: um olhar acerca do perfil de travestis e mulheres transexuais no sistema prisional.** Coordenação: Bruna Benevides. 1. ed. Brasília, DF: Distrito Drag; ANTRA, 2022. ISBN 978-85-906774-7-5. Disponível em: ANTRA – Dossiê Trans Brasil. Acesso em: 31 maio 2026.

BENTO, Berenice. **Transviad@s:** gênero, sexualidade e direitos humanos. Salvador: EDUFBA, 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. **Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação**. Edital de convocação para o processo de inscrição e avaliação de obras didáticas, pedagógicas e literárias para o Programa Nacional do Livro e do Material Didático – PNLD Equidade. Brasília: MEC/FNDE, 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação**. PNLD Literário Equidade 2026: catálogo de obras literárias – Objeto 1 – Educação de Jovens e Adultos (EJA). Brasília: MEC/FNDE, 2025.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. 24. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2023.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. 42. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

JULIÃO, Elionaldo Fernandes. **Educação para jovens e adultos em situação de restrição e privação de liberdade no Brasil**. Curitiba: CRV, 2020.

LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho**: ensaios sobre sexualidade e teoria queer. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.

MEDEIROS, Estéfani Barbosa de Oliveira; CADONÁ, Eliane. Vivências de pessoas transgênero na educação básica: uma revisão da literatura. **Revista Diversidade e Educação**, Rio Grande, v. 12, n. 1, p. 417-441, 2024.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade**: uma introdução às teorias do currículo. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.